



24ª Conferência do Observatório Internacional da Democracia Participativa (OIDP)

"Conectar, Integrar e Humanizar: As cidades perante o desafio de gerar Comunidade"

A cidade de Córdoba tem sido exemplo e símbolo do compromisso com uma democracia local viva, inclusiva e criativa, reafirmando — em consonância com o Papa Francisco — que “a participação exige transparência e um diálogo sincero, orientado ao bem comum e que garanta o envolvimento de todos os atores sociais.” (*Laudato Si'*, 183)

A partir daqui, renovamos nossa convicção de que somente por meio do fortalecimento do vínculo entre cidadania e instituições poderemos construir comunidades mais humanas, resilientes e democráticas.

Declaração de Córdoba, Argentina. 23 de maio de 2025

Reunidos e reunidas na cidade de Córdoba, Argentina, no marco da 24ª Conferência do Observatório Internacional da Democracia Participativa (OIDP), mais de 500 participantes de governos locais, organizações da sociedade civil, instituições acadêmicas e redes internacionais, nos encontramos nos dias 21, 22 e 23 de maio de 2025 sob o lema **“Conectar, Integrar e Humanizar: As cidades perante o desafio de gerar Comunidade”**.

Em um contexto global marcado por tensões geopolíticas, desafios climáticos, retrocessos democráticos e desigualdades persistentes, **reafirmamos a importância da participação cidadã como ferramenta fundamental para construir confiança, coesão social e soluções sustentáveis a partir do âmbito local.**

Os participantes da 24ª Conferência do Observatório Internacional da Democracia Participativa, reunidos em um momento em que os regimes democráticos enfrentam ameaças múltiplas e crescentes, assumem um compromisso firme e coletivo com a **defesa dos valores democráticos, dos direitos humanos e com o fortalecimento das comunidades locais.**

Reafirmamos que a melhor forma de proteger e revitalizar as democracias é aprofundando-as, por meio da promoção de **processos inclusivos e significativos de participação pública que garantam a escuta ativa e o envolvimento público da diversidade de vozes presentes em nossas**



sociedades. Nesse sentido, destacamos a importância de envolver, de forma deliberada, os grupos sociais tradicionalmente sub-representados, assegurando que todas as pessoas tenham a possibilidade real de contribuir na definição das políticas que moldam seu presente e seu futuro.

Comprometemo-nos igualmente com a **defesa dos direitos humanos, dos direitos sociais e do direito ao meio ambiente**, reconhecendo o papel central dos governos locais na proteção e promoção dos mesmos. Reafirmamos nosso empenho na **valorização e melhoria dos serviços públicos**, como instrumentos fundamentais para a redução das desigualdades, a promoção da justiça social e a construção de comunidades mais saudáveis e coesas.

Por fim, reconhecemos que o **fortalecimento das comunidades locais**, por meio de políticas públicas que promovam sua capacidade de auto-organização, cooperação e ação coletiva, é essencial para enfrentar os desafios contemporâneos. Acreditamos que comunidades fortalecidas são mais resilientes frente às narrativas de ódio, ao populismo e ao divisionismo, e que constituem a base de uma democracia viva e sustentável.

Esse fortalecimento das comunidades deve ser acompanhado da implementação de uma **descentralização** política e administrativa em direção aos espaços de proximidade. Dos governos nacionais aos governos regionais e locais, e dentro dos municípios em direção aos territórios de proximidade.

Com esse espírito de responsabilidade compartilhada e esperança ativa, subscrevemos este compromisso, convictos de que a democracia participativa continua sendo um caminho sólido rumo a sociedades mais justas, inclusivas e solidárias.

Em defesa das **democracias**, os governos locais se comprometem a:

- promover mecanismos permanentes de participação pública, que assegurem o envolvimento ativo da cidadania na definição, acompanhamento e avaliação das políticas locais,
- desenvolver iniciativas específicas para envolver os grupos tradicionalmente sub-representados, garantindo a equidade no acesso aos espaços de decisão,
- reforçar a cultura democrática e a educação para a cidadania, especialmente entre as novas gerações, por meio de programas educativos, oficinas participativas e ações em colaboração com escolas e organizações da sociedade civil,
- defender a transparência e a prestação de contas na ação pública, promovendo dados abertos, relatórios acessíveis e canais eficazes de escuta e resposta à população,
- cooperar na implementação de espaços digitais seguros e pensar conjuntamente o desenvolvimento da inteligência artificial em benefício da democracia, das pessoas e do planeta.



Em defesa dos **direitos humanos e dos direitos sociais**, os governos locais se comprometem a:

- garantir a universalidade, acessibilidade e qualidade dos serviços públicos locais, reconhecendo-os como pilares do bem-estar, da equidade e da coesão social,
- proteger os direitos das minorias e combater todas as formas de discriminação e estigmatização por meio de políticas inclusivas e da criação de espaços seguros para todas as identidades e formas de expressão,
- adotar orçamentos e planos municipais com uma abordagem baseada nos direitos sociais, priorizando áreas essenciais para a vida individual e coletiva,
- assegurar políticas e programas que protejam os ecossistemas naturais e a biodiversidade, implementem ações sistemáticas diante das mudanças climáticas, protejam as pessoas defensoras do meio ambiente e promovam o acesso à justiça ambiental,
- promover, fomentar e difundir a equidade, o federalismo fiscal e a igualdade no direito dos municípios e governos locais de arrecadar tributos: seja na forma de taxas, contribuições ou impostos.

Em favor do fortalecimento das **comunidades locais**, os governos locais se comprometem a:

- apoiar a criação e consolidação de iniciativas comunitárias e redes de auto-organização cidadã, reconhecendo sua contribuição para o bem comum,
- desenvolver políticas públicas baseadas na escuta ativa das comunidades, promovendo o co-desenho e a co-gestão de soluções locais,
- reforçar os laços de solidariedade e pertencimento territorial, combatendo o isolamento social, a exclusão e os discursos divisionistas,
- valorizar e difundir práticas locais inovadoras que promovam a democracia no dia a dia, como os orçamentos participativos, os conselhos locais, as assembleias cidadãs e as plataformas de co-gestão, entre outras.